

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ DIREITOS E DESIGUALDADES

Esse Dossiê marca um reencontro especial entre nós, organizadoras, Erika Moreira e Cora Hagino, que tivemos uma trajetória conexa seja no meio acadêmico e na interdisciplinaridade, seja na aproximação com os movimentos sociais. Estudamos na Universidade Federal Fluminense (UFF) na graduação e no mestrado em tempos diferentes. Nos desencontramos no doutorado e na vida profissional. Erika foi para o Centro-Oeste, onde fez doutorado na UnB e atualmente é professora associada da Universidade Federal de Goiás/ Câmpus Goiás. Cora foi fazer doutorado na Universidade de Coimbra, foi professora Adjunta da UFJF e atualmente é professora da UFF/ Câmpus Volta Redonda.

Após cada pesquisadora traçar sua trajetória, o reencontro se deu no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF (PPGSD/UFF), onde juntas lecionamos Seminário de Tese e compartilhamos ideias e trocas. Dessa (re)aproximação surgiu a ideia do Dossiê, que de certa forma tem um pouco do percurso profissional de cada uma na pesquisa e na extensão universitária, nas lutas vividas junto a movimentos sociais por meio da utilização do direito enquanto instrumento de redução das desigualdades, seja na educação ou em outras áreas.

No Brasil e no mundo, os efeitos do desenvolvimento da sociedade capitalista demarcam as possibilidades limitadas de ascensão às estruturas assimétricas do poder e estabelecem os múltiplos processos de desigualdades e privações de direitos – especialmente quando olhamos pelas lentes da interseccionalidade de raça, gênero e classe.

É dessa imensidão de problemas estruturais da questão social – decorrentes da herança do colonialismo, da usurpação das terras e das gentes, do preconceito, do racismo e da violência contra os povos indígenas e comunidades tradicionais – que fomos estimuladas a pensar na temática deste dossiê *Direitos e Desigualdades*.

Composto por 10 artigos e um relato de experiência temos a possibilidade de conhecer a potência e o impacto das ações afirmativas na disputa do campo jurídico e as experiências concretas de luta por direitos em suas distintas vertentes.

No ano em que comemoramos os 25 anos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), iniciamos o Dossiê com dois trabalhos, de diferentes regiões do país, mas que tratam as experiências concretas do Pronera.

O artigo de Emmanuel Oguri Freitas, Adriana Nogueira Vieira Lima, Riccardo Cappi, Marcia Costa Misi, todos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), se propõe a observar a experiência da Turma Especial de Direito para Beneficiários da Reforma Agrária da UEFS, especificamente da Turma Elizabeth Teixeira. Em seguida o texto se debruça sobre o legado dessa experiência para o curso de Direito. Ao final, aponta algumas reflexões sobre o projeto de uma nova Turma Pronera, indicando horizontes institucionais para o acolhimento de novas turmas.

Ricardo Prestes Pazello, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em formato de relato de experiência, apresenta trabalho relevante e atual sobre desigualdade e acesso à educação que também discute o Pronera. Em formato de relato de experiência, como membro da Comissão Político-Pedagógica (CPP) da Turma Nilce de Souza Magalhães do curso de graduação em direito da Universidade Federal do Paraná, problematiza a alternância no campo do direito, o papel da CPP e a importância da formação em direito para os povos do campo, das águas e das florestas.

A educação do campo como mecanismo de combate às desigualdades no direito à educação é tema abordado no artigo de Diego Augusto Diehl e Esloane Gonçalves Rodrigues, ambos da Universidade Federal de Jataí (UFJ). O artigo analisa a implementação da educação “do” campo, analisando suas potencialidades ante o esgotamento do modelo da educação “no” campo, marcada pelo encerramento de escolas rurais e pelo aprofundamento das desigualdades sociais. O trabalho discorre também sobre a história do direito à educação e de sua implementação problemática e insuficiente no Brasil, tendo como foco as políticas públicas educacionais voltadas às populações do campo.

Leslie Cloud e Ana Catarina Zema, da Université de Pau et des Pays de l'Adour e da Clacso, respectivamente, apresentam artigo centrado em tema relativo aos Povos Indígenas e realizam pesquisa empírica de análise das ações apresentadas perante à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). As autoras trazem reflexões sobre os usos da jurisdição internacional como uma estratégia de justiça transicional, nos casos envolvendo os povos indígenas da Guatemala, do Chile e do Brasil.

O segundo artigo do Dossiê que trata de temática referente aos Povos Indígenas é o de Mariana Wiecko Volkmer de Castilho e Ela Wiecko Volkmer de Castilho, ambas da Universidade de Brasília (UNB). As autoras descrevem um panorama da inserção dos povos indígenas no mundo urbano brasileiro e questionam o desafio do Estado em assegurar direitos sociais a eles. O texto, portanto, debate a ausência de políticas públicas diferenciadas para povos indígenas no meio urbano e destaca a visibilização dos indígenas em contexto urbano por meio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Fernanda Maria da Costa Vieira, Ana Claudia Diogo Tavares e Mariana Trotta Dallalana Quintans, todas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tratam a questão da desigualdade e do direito por meio do estudo da luta por terra e moradia no país. O trabalho em questão analisa o papel dos movimentos sociais e seus repertórios de ação em busca da efetivação de políticas públicas constitucionais fundamentais para o combate da desigualdade. Traz revisão bibliográfica que aponta para a relação entre direito de propriedade e as desigualdades sociais e a análise da ADPF 828 na disputa pelo sentido de justiça e direito à moradia no contexto da Campanha Despejo Zero, durante e após a pandemia.

A “reforma agrária” na região da transamazônica no Pará é tema do *paper* de Jaqueline Damasceno Alves e Raimunda Regina Ferreira Bastos, ambas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), que discutem a temática por meio de revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais, também a partir da experiência do curso de direito, através do Pronera. O propósito do trabalho é discorrer sobre a construção histórica da política de reforma agrária na região da Transamazônica no estado do Pará, por meio do Plano de Integração Nacional. Os resultados encontrados retratam violações de direitos dos colonos migrantes e entende que reforma agrária não está efetivada na região objeto de estudo.

Vladimir Santos Vitovsky, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), desenvolveu o artigo intitulado “Ações pedagógicas de cidadania: uma nova função do Judiciário para combater as desigualdades?”. Este artigo retrata experiência de ações pedagógicas de cidadania promovida pela Justiça Federal do Rio de Janeiro no Complexo do Alemão e na Cidade de Deus, destacando a justaposição entre políticas públicas do judiciário e de segurança pública. O estudo observou que da tensão entre regulação social e emancipação surgem três dimensões que devem ser compreendidas

acerca da atuação do Judiciário a partir de políticas de educação não-formal: o papel dos Tribunais nas sociedades contemporâneas, o pluralismo jurídico e o conceito de acesso aos direitos e à justiça. O autor destaca ainda que as ações pedagógicas de cidadania podem possibilitar que este poder também possa contribuir na redução das desigualdades sociais.

“A curatela e a pessoa com deficiência no modelo biopsicossocial de deficiência” é o título do trabalho de Angélica de Sousa Resende, Jorge Luís Ribeiro dos Santos, ambos da Unifesspa, e de Joabe da Silva Gama, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que fazem uma profunda revisão bibliográfica sobre o tema. O objetivo é perceber a proteção à pessoa com deficiência (PcD) após o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que instituiu a excepcionalidade da curatela e adotou o modelo biopsicossocial de deficiência. Neste sentido, os autores analisam as inovações da referida lei no intuito de perceber se elas geram desproteção às PcD.

António Casimiro Ferreira, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), Portugal, apresenta um artigo no campo da Sociologia Política do Direito, debatendo acerca das desigualdades e justiça. Ele desenvolve o tema Direito e Desigualdades sob a perspectiva da dupla legalidade e o efeito Mateus, remetendo ao estudo de Robert Merton. Deste modo, estende a analogia do “efeito Mateus” ao fenômeno jurídico, porque este poderia trabalhar como um sistema de “recompensas” distribuídas desigualmente, favorecendo aqueles que já se encontram em posições privilegiadas no sistema social. Por meio de duas linhas de pensamento, o autor desenvolve ideias acerca da redução das desigualdades no âmbito da relação direito e sociedade.

João Pedroso, do Centro de Estudos Sociais de Coimbra, Wanda Capeller, do SciencePO Toulouse, França, e Andreia Santos, Centro de Estudos Sociais de Coimbra, Portugal, apresentam os efeitos perversos da inteligência artificial. Para tal, examinaram os referidos efeitos em quatro dimensões: a desumanização e desestabilização da sociedade através de novas formas algorítmicas e conteúdos “artificiais”; o favorecimento e tendências totalitárias através do controle social, da vigilância e da falta de privacidade; a desinformação e a manipulação de dados no funcionamento político das sociedades; e a reconfiguração das desigualdades socioeconômicas e de distribuição de poder no mundo. Os autores destacam a necessidade de regulação da inteligência

artificial pelo direito e o aprofundamento de uma interpretação sociojurídica, a fim de fortalecer a democracia e o Estado de Direito.

Neste dossiê, buscamos promover um conjunto extenso e complexo de debates sobre os Direitos e Desigualdades em suas diferentes possibilidades no campo nacional e internacional e por meio da interdisciplinaridade. Convidamos vocês a ler e refletir sobre os artigos e relatos de experiências trazidos no dossiê, resultados de pesquisas teóricas e empíricas, como forma de atualizar os debates: pode o direito contribuir para a redução das desigualdades?

Erika Macedo Moreira

Profa. Associada da Universidade Federal de Goiás/ Câmpus Goiás.
Pesquisadora-extensionista do OFUNGO/ Observatório Fundiário Goiano/ UFG.
Pesquisadora do Moitará – Grupo de Pesquisa em Direitos Étnicos/ UnB e do
Observatório Fundiário Fluminense/ UFF.

Cora Hisae Hagino

Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense/ Campus Volta Redonda.
Pesquisadora-extensionista do LAJA/ UFF (Laboratório de Justiça Ambiental) e do
LAFEP/ UFF (Laboratório Fluminense de Estudos Processuais).